

INDEPENDÊNCIA E REFORMA: TERMOS CONTRADITÓRIOS NO MÉXICO DO SÉCULO XIX

Francisco Iran Monte Claudino Filho

RESUMO

Neste artigo, analisamos brevemente o contexto histórico do México pós-independência, levando em consideração as possíveis permanências e rupturas entre o território colonial e a nação agora livre da metrópole espanhola. Tomando por base ainda questões concernentes às esferas social, política e econômica que caracterizavam o país à época da Reforma dita Liberal, procuramos enquadrá-la no seu contexto histórico e analisá-la tendo por base que a sua aplicação não alcançou seus objetivos finais.

Palavras-chave: Reforma, México, Conservadores, Liberais, Questão Fundiária.

INTRODUÇÃO

Considerando que a Independência, a Reforma e a Revolução são três momentos de um mesmo processo marcado por convulsões, enfrentamentos e disputas sociais, cabe aqui um pequeno esclarecimento do quadro mexicano pós-Independência antes de adentrarmos propriamente o tema da Reforma.

Saliente-se, antes de qualquer coisa, que o próprio processo de Independência no México foi um movimento de caráter contraditório. As insurreições de caráter popular – índios, escravos, mestiços etc. – que primeiro se manifestaram por volta de 1810 contra o domínio colonial não encontraram meios de sobrepujar o poder material da política dominante, vinculada à Igreja, ao Exército e à oligarquia latifundiária, composição básica dos chamados Conservadores. Esses primeiros levantes careciam ainda de um programa planejado, que pudesse deixar claro os objetivos pelos quais se propunha a lutar. Miguel Hidalgo, mais destacada liderança desses primeiros movimentos, “ao convocar os índios e os *castas* oprimidos para uma revolta violenta, libertara forças que ele era incapaz de controlar e na verdade mal compreendia”.¹

Entretanto, com a ascensão de um governo liberal na Espanha, o quadro se altera, e o que antes era resistência à luta popular se aliava então aos insurreitos restantes para completar o processo de Independência. Os Conservadores coloniais, vendo que na Metrópole a orientação da Coroa não lhes dava garantias da manutenção dos privilégios e estruturas de poder que até então detinham soberanamente, partem à ruptura com a mesma:

Embora as insurreições das classes baixas em 1810 (...) tenham constituído uma característica da luta mexicana pela independência, não foram as camadas mais baixas, no México ou em qualquer outra parte da América espanhola, que determinaram os resultados da independência ou a forma que os novos países viriam a assumir.²

Em outras palavras, “a Independência é o resultado das necessidades políticas e militares de grupos dirigentes da colônia (Igreja, Exército, Oligarquia) para manter e prolongar o mesmo sistema feudal em função dos interesses do capital europeu, sobretudo inglês.”³

Já independente, a situação mexicana só se alteraria fundamentalmente muito mais tarde, após a Revolução de 1910, sendo que em meados do século XIX, período a que nos referimos quando da ruptura política com a Coroa Espanhola, a manutenção do aparelho político e fundiário continuaria centralizada sob o controle dos segmentos já citados.

Além disso, o processo de Independência acabaria se revelando desastroso para o índio. Povo de maior população à época desse processo, ele é transformado em “cidadão”, sendo igualado legalmente ao restante da população mexicana, com a diferença de que a sua situação financeira continuou a mesma e até piorou, já que, a partir dessa sua nova condição, não estaria mais isento da *alcabala*, das *obvenciones parroquiales* e dos *diezmos*, todas concessões outorgadas pela Coroa Espanhola durante a vigência do domínio colonial.

Ponto crítico no decorrer do período aqui tratado, a presença atuante do capital estrangeiro no país revelar-se-ia como fonte de crise, principalmente por não possuir o México uma burguesia capaz de liderar a política e a economia do país. Juntamente com a má distribuição de terras, a ausência de uma liderança capaz de atuar no sentido do interesse nacional foi um dos fatores constantes de agitações no país.

A partir desse contexto – concentração de terras, não participação popular no poder político, manutenção dos privilégios clericais e aristocráticos, forte influência do capital estrangeiro, ausência de uma burguesia nacional e expropriação dos benefícios indígenas – é que se tem o desenlace para o segundo momento a ser discutido aqui: a oposição entre Conservadores e Liberais no próprio México e, posteriormente, a Reforma.

OS QUADROS ECONÔMICO E POLÍTICO

Após o alcance formal da Independência em 1821, o México não vivenciaria uma real mudança de ares no seu quadro econômico. Sua potencialidade de mercado não se desenvolveu a ponto de incluí-lo efetivamente no grande comércio mundial, e tampouco no seu quadro político houve uma evolução – a população continuaria requisitada tão somente na hora dos embates, no momento da ação, sendo impedida de exercer qualquer poder político.

Antigamente grande fonte de riqueza na economia mexicana, a produção das minas encontrava-se desestruturada e sem organização, sendo que uma produção semelhante à ocorrida na época colonial só voltaria a ser vista novamente em 1875. A agricultura permaneceu no mesmo nível (não apresentando melhorias) devido ao agravamento da questão fundiária por conta de uma maior acumulação de terras por parte dos proprietários *criollos* quando da expulsão dos espanhóis.

A idéia que se tinha é a de que o país estava parado, sem capacidade de fazer progredir e muito menos interagir os setores da sua economia. O mesmo se dava com a comunicação entre as diferentes partes do país, repassando assim uma imagem de fragmentação e fragilidade quanto à união dos estados integrantes do território:

la gente por lo común desconocía – más allá de su región – cuántos eran, qué producían y cómo vendían. La comunicación era escasa y lenta. La población se desplazaba sólo a los mercados y pueblos vecinos, rara vez a las ciudades capitales, pues, por lo general, los asuntos que no se arreglaban en el pueblo, los trataban en la cabecera política de su municipio.⁴

Para encerrar esse quadro de dispersão e frágil interação entre as várias localidades do México, basta saber que em 1860 o país contava com apenas 24 km de estradas de ferro.

A partir dessas assertivas, podemos deduzir que as antigas formas coloniais de produção econômica mantiveram-se praticamente intactas e até sujeitas a uma certa perpetuação, porém enfrentando, ainda assim, oposições. Ao encontrar as diversas localidades isoladas, quase que fechadas em si mesmas e sem um maior intercâmbio de informações ou idéias, é de surpreender que tenham ocorrido insurreições populares desde 1810 tanto no sentido da independência quanto depois dela, principalmente durante as manifestações que se apresentaram entremeadas nas disputas entre Conservadores e Liberais.

Essa fragmentação não era “privilegio” apenas das classes sociais mais pobres. O clima de dispersão vivido pelo México chegou a afetar mesmo os dirigentes políticos. Como caso exemplar podemos citar a península do Yucatán – durante a guerra do México contra os Estados Unidos (1845 – 1848), estes declararam não poder oferecer ajuda aos mexicanos porque se tratava de uma guerra entre povos estrangeiros.⁵

Dentro ainda dessa etapa histórica do México independente, tem início um período que perdurará pouco mais de 50 anos marcado pela constante disputa de poder e instabilidade do mesmo entre os dois blocos que detinham a hegemonia política. Referimo-nos aqui aos já citados Conservadores que, como já foi mencionado, são compostos essencialmente pela Igreja, Exército e Aristocracia proprietária de terras, defensores de um estado forte e monárquico ligado à Igreja; e aos Liberais, majoritariamente compostos por setores mais intelectualizados da classe média (então em ascensão), e mineradores cujas atividades encontravam-se entravadas e arruinadas pelos constantes conflitos e por setores comerciantes. Este último conjunto tinha como princípios divulgar ideais de laicização da sociedade.

Outrora focando a presença liberal no controle político da então metrópole Espanha como estopim para a realização da Independência por seus próprios meios, a liderança conservadora deparar-se-ia, então, com a presença e oposição liberais no próprio território mexicano depois de realizada a separação política.

Antes de entrarmos em maiores detalhes sobre os confrontos entre os grupos referidos, é necessário fazer nova menção à sua composição. Desta vez, tal menção se dá pela via negativa com o intuito de esclarecer quem não toma parte, de fato, em nenhum dos dois grupos, pelo menos não a título de direção do movimento e de suas

conquistas: índios e camponeses. Sem eufemismos, tratamos aqui da grande maioria da população então presente no México. Colocando de outra forma, podemos trabalhar ambos, tanto Conservadores como Liberais, no âmbito de elites e minorias, com propostas de governo definidas para a nação.

É importante ter em vista que a composição desses blocos estará firmada embasando-se numa pequena parcela da população. Quer sejam os já tradicionais dominadores, quer sejam as novas classes sociais em ascensão (a classe média, por exemplo), o fato é que o grosso da população mexicana será utilizado pelo lado do qual mais se aproxima durante o processo de tomada do poder político, para em seguida não ser levado em conta nas decisões do Estado, pelos menos não como um ator político que foi capaz de formular pressão concreta sob dispositivos governamentais estabelecidos. Pois, apesar das oposições por vezes encarniçadas no campo ideológico, principalmente no tocante à Igreja, Conservadores e Liberais tendiam a um ponto comum:

Qual seria o ponto em que convergia o pensamento dessas elites? A manutenção da ordem social e o mantimento das classes populares à margem das tomadas de decisões com relação ao Estado – Nação. A inquietação das camadas populares, das classes de abaixo, era uma constante durante o desenrolar do século XIX, sobretudo devido à falta de participação política imposta pelas camadas dirigentes àquelas.⁶

A oposição mais ferrenha entre os dois partidos travou-se, certamente, no campo da laicização, questão que feria diretamente a Igreja no México. Poderosa instituição àquele momento no país, a Igreja detinha sozinha cerca de dois terços (2/3) das moradias que havia no país, tanto no campo como na cidade, e por certo não lhe apetecia perder sua influência e muito menos os seus privilégios junto ao governo mexicano. Nesse sentido, seu apoio à idéia de um governo do tipo centralizado e entrelaçado à Igreja remete-nos à lembrança os ideais absolutistas.

Em contrapartida, os Liberais, claramente influenciados por idéias advindas dos filósofos iluministas, atuavam em sentido totalmente oposto ao se tratar da representação política. Sua idéia de governo atestava que o poder laico seria a melhor forma de conduzir a nação mexicana.

Esses dois posicionamentos antagônicos sobre a perspectiva de governo a ser adotada acabaram por gerar fortes tensões sociais. De um lado um projeto

desmesuradamente centralizador, defensor de um governo que possa arbitrar todas as questões concernentes ao seu interior de maneira direta, em detrimento das instâncias menores como os estados e os municípios; do outro, o ideal de nomear mais autonomia para esses estados e municípios, para que eles pudessem resolver suas questões regionais sem a interferência federal, respaldando assim um governo mais democrático.

A questão envolvendo centralização/descentralização alcançou níveis críticos durante essa época de convulsões e troca de governos – ora Conservador, ora Liberal – chegando mesmo a ocorrer manifestações populares durante o governo do general Antonio López de Santa Anna, que tem início em 1833:

La tensión entre descentralización y centralización encuentra su momento culminante en 1836, momento en que se trata de dar vida a una nueva organización de tipo centralizador que fue vista, aun por parte de los centralizadores, como um atentado a las autonomias estatales e municipales. El resultado fue una fuerte movilización en las regiones del norte (...) y del centro-norte del país entre 1836 y 1839.⁷

Aqui, podemos notar que o próprio Partido Conservador encontra um ponto de antagonismo em si mesmo.

QUESTÃO FUNDIÁRIA: A REFORMA E A “BOA VONTADE” QUE NÃO VINGOU

Saindo agora do quadro econômico geral e voltando a análise para além das disputas políticas, seria interessante discutir o segundo termo que nosso trabalho classifica como contraditório: a Reforma.

Sabemos que depois de tumultuadas disputas e sucessões de controle do país entre os já supracitados grupos políticos, a Reforma conseguiu se impor como bandeira desfraldada de vitória do sucesso Liberal em sua tomada, dessa vez, quase que definitiva, em se manter no controle político (não fosse a guerra civil pela qual o país ainda passaria), tendo na Constituição de 1857 o seu ponto institucional máximo.

Embora a chamada Revolução de *Ayutla* tenha garantido aos Liberais a cabeça política do México, ainda em 1854 os Conservadores se mantinham em postos de importante posição dentro do Estado. Como nos assinala Carmagnani:

lo que acontece en 1854 no es entonces ni la victoria de los liberales ni de los federalistas, sino más bien la constitución de una vasta coalición susceptible de dar vida tanto a um proyecto liberal-federal como a uno liberal-unitário. Se trata, además, de uma coalición de intereses muy volátil (...).⁸

Somente três anos depois é que sua direção governamental estaria fundamentada num estado de ordem mínimo, e ela talvez só tenha se consolidado em verdade após restaurada a República dez anos mais tarde, em 1867.

No panorama que perfilamos até agora, temos um México que, mal saído de sua fase colonial, já se encontrava imerso em várias controvérsias políticas entre dois grupos que mantinham o controle político afastado das grandes massas rurais e urbanas. A partir desse ponto, sobrevem-nos o questionamento de como se encontrava a posse das terras no México.

Enquanto esteve desempenhando o papel de metrópole, a Coroa Espanhola era quem distribuía terras aos seus conquistadores, providenciando-lhes um determinado número de indígenas que pudessem explorar as possibilidades de aproveitamento e cultivar esses lotes. Nesse ponto, referimo-nos à *encomienda* que Américo Nunes defende “tratar-se mais de uma concessão de mão-de-obra, que de um direito à propriedade da terra”.⁹ Como maiores detentores de terras coloniais encontramos espanhóis, *criollos* e a Igreja Católica.

Apesar de a *hacienda* do século XIX não ter advindo diretamente da *encomienda* colonial, seu sistema de trabalho mais utilizado, a *peonagem*, é o mesmo desde o domínio espanhol, e se tornaria o maior entrave à liberação das forças produtivas no México, bloqueando tanto a produção de mais-valia como a circulação do capital-moeda. Esse sistema impossibilita tanto o índio como o camponês de se tornarem assalariados livres.

Uma das maneiras mais comuns pela qual um trabalhador vinha a se tornar *peón* (mais especificamente, *peón acasillado*, ou seja, alojado pelo proprietário) estava no endividamento. No caso dos índios mexicanos a exemplificação torna-se de bem mais simples compreensão.

Tomemos como exemplo o índio já transformado em “cidadão”, título advindo do processo de Independência. Agora que sua carga tributária estava mais carregada, é

conveniente deduzir que a capacidade que possuía de manutenção da sua terra estaria certamente afetada, não sendo fora do comum a perda da mesma, assinalando assim a decadência da pequena propriedade indígena. Nesse caso, desprovido de terras e de trabalho, resta-lhe a possibilidade de se tornar empregado de algum senhor de terra já estabelecido. Uma vez sob ordens de algum proprietário de terras, o indígena estaria submetido à *tienda de raya*. Tratava-se do único lugar onde lhe era permitido comprar mercadorias como milho, sal e aguardente, todas com preço mais elevado em relação ao seu valor real e em comparação com o preço de mercado. Através desse mecanismo, podemos perceber como o latifundiário dispunha, por meio da manipulação do endividamento, o *peón* preso à sua terra.

Há, ademais, uma outra característica fundamental que deve ser ressaltada: o *peón*, muito raramente, era pago em moeda oficial, sendo prática o pagamento *in natura* complementado ocasionalmente em espécies ou mercadorias.

Além dessa barreira à formação do assalariado, a concentração de terra por parte de poucos proprietários é característica do México pós-Independência e se mantém desde a época colonial.

Durante a referida época, era comum que os *encomenderos* atuassem como senhores, verdadeiros possuidores dos territórios habitados pelos índios *repartidos* ou *encomendados*. Investido de tal poder de atuação, muitos dos *encomenderos* acabavam por tomar a terra desses índios, apropriando-se delas e, em consequência, expandindo a propriedade que originalmente lhes havia sido doada. Consequente ao ato de apropriação, o *encomendero* busca legalizar sua nova posse através de autorização real, restando ao índio a vista grossa de autoridades que não tinham interesse nele a não ser para se aproveitar do sobreproduto por ele produzido.

Eis o cenário no qual a Reforma Liberal encontra o país. É nesse quadro que os liberais instalarão, com Miguel Lerdo de Tejada, a “lei de expropriação dos bens do clero”, conhecida como “*Ley Lerdo*”, de 1856. Em seu texto previa-se a anulação dos tribunais especiais da Igreja e do Exército, a adjudicação aos meeiros de propriedades pertencentes às corporações civis e militares e o encorajamento à denúncia.

A propriedade comunal indígena também foi desmantelada, já que sua existência era considerada pelo pensamento liberal como um entrave ao progresso. A idéia era

transformar todos em pequenos proprietários individuais, convertendo, deste modo, a terra em mercadoria.

Com tais medidas, a lei de expropriação procurou atingir a mobilização da propriedade fundiária no país e pôr em circulação os capitais que estavam amortizados, tudo isso visando a um incremento da economia mexicana, tentando retirá-la do estágio colonial em que ainda se encontrava submersa. A idéia de vários pequenos proprietários alimentava o quadro de trabalhadores assalariados por livre contrato, uma mão-de-obra liberada capaz de produzir a tão almejada mais-valia e conseqüentemente fortalecer a classe burguesa nacional.

O que se desenvolve a partir da situação acima descrita, entretanto, nem sequer chegou a se assemelhar com os objetivos traçados pela pequena burguesia mexicana. A denúncia prevista pela “*Ley Lerdo*” outorgava um oitavo (1/8) da propriedade delatada ao denunciador. Esta se tornou a modalidade mais praticada, por exemplo, em detrimento da adjudicação, pois, no geral, os meeiros não possuíam meios de arcar com as despesas advindas desse processo, como o pagamento de uma nova escritura.

A idéia de vários pequenos proprietários de forma alguma prosperou, principalmente se tivermos em conta que o índio, expropriado de suas terras (em outros tempos, comunais), e sem os antigos benefícios que a Coroa Espanhola o concedeu, viu-se numa situação de total entrega à sorte. Suas antigas propriedades acabaram sendo adquiridas pelos já abastados senhores de terras, somente reforçando suas posses.

Por fim, a denúncia e a desestruturação da comunidade indígena, que objetivavam um desenvolvimento de viés liberal para a nação mexicana, terminaram por aprofundar ainda mais o caráter colonial no qual o país se encontrava. Certamente, a forma agigantada da *hacienda*, que seria a forma de grande propriedade dominante até mesmo durante a Revolução, adveio das conseqüências imprevistas da Reforma Liberal e das contradições por ela geradas.

CONCLUSÃO

É possível perceber como o desenvolvimento histórico a nível econômico e político do México no século XIX é permeado de contradições. Assim como a Independência não libertou o povo mexicano, nem o tornou atuante no poder político, a

Reforma não fez progredir a economia ao nível desejado e não a tornou apta ao desenvolvimento da burguesia nacional.

O que encontramos no México após 1867 é um país marcado por uma concentração exagerada de terra e uma economia que, no máximo, pode-se dizer, atingiu formas pré-capitalistas.

A Reforma em si, certamente não foi um dos motivos da Revolução que ocorreria no início do século XX, mas o seu desenlace e o cenário propício que desenvolveu para a continuidade dos latifúndios e da manutenção tanto do camponês como do índio presos à terra, como “*peónes*”. Assim, com estes impossibilitados de se converterem em assalariados capazes de atender aos interesses da burguesia nacional, grupo que tinha por objetivo se fortalecer face ao constante enriquecimento do capital estrangeiro em seu próprio país, essas conseqüências da Reforma propiciaram o cenário de crise aguda que viria a ser agravado durante o governo do repressor Porfírio Díaz, desencadeando o movimento da Revolução de 1910.

Mais um caso como tantos outros (possuidor, é claro, de suas características próprias) dos quais muitos trabalhos historiográficos nos dão indícios, Independência e Reforma são movimentos que, apesar de um decisivo fator popular, contraditoriamente funcionam de cima para baixo: numa tentativa elitista de tentar ludibriar os populares, passam-lhes a idéia de que sem a minoria dirigente, a população não saberia ser o seu próprio gestor político, ou então não saberia escolhê-lo. Em outros termos, trata-se de afirmar a existência da eterna necessidade de um padrinho.

NOTAS

¹ ANNA, Timothy. *A Independência do México e da América Central*, p. 86 in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III*. Tradução Maria Clara Cescato – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

² ANNA, Timothy. op. cit., p. 79.

³ NUNES, Américo. *As Revoluções no México*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 21.

⁴ CHÁVEZ, Alicia Hernández. *La Tradición Republicana del Buen Gobierno*. México: El Colégio de México, Fondo de Cultura Econômica, 1993, p. 47.

⁵ PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. 3ª edição. São Paulo: Atual, 1987, p. 23.

⁶ ALBUQUERQUE, Lucas Furtado. *Conservadores, Liberais e a Igreja Católica no México: Convergências e Divergências de um Embate no Século XIX, Após-Independência*. Ameríndia, Volume 2, Número 2/2006. P. 4. <http://www.amerindia.ufc.br>

⁷ Juan Ortiz Escamilla, “El pronunciamiento federalista de Gordiano Guzmán, 1837 – 1842”, *Historia Mexicana*, num. 150, 1988, pp. 244-245, 252-260 in CARMAGNANI, Marcello (Coordinador). *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: El Colegio de México, Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 137-138.

⁸ CARMAGNANI, Marcello (Coordinador), op. cit., p. 145.

⁹ NUNES, Américo. op. cit., p. 14.